



Projecto de Resolução nº 1442/XII/4ª

Recomenda ao Governo que proceda a uma revisão do Programa de Estabilidade 2015-2019 de modo a incluir medidas de política que promovam o investimento, o crescimento e o emprego

O Memorando de Entendimento assinado com a Troika, em maio de 2011, foi significativamente alterado ao longo do período de execução, tendo sido sujeito a 11 revisões, que incluíram novas medidas de austeridade e introduziram mais severidade nas medidas inicialmente previstas, tornando-as mais gravosas para os portugueses e destruidoras do tecido produtivo e do emprego.

A opção ideológica quase obsessiva do Governo e da maioria levou à aplicação de muitas outras medidas que não estavam sequer previstas nas revisões do Memorando de Entendimento, cumprindo aquela que foi a promessa do Primeiro-ministro de ir para além da Troika. Um exemplo paradigmático é a agenda de redução do Estado Social a mínimos inaceitáveis, no Serviço Nacional de Saúde ou na proteção social, através da redução das prestações sociais de solidariedade, desprotegendo essencialmente as crianças e suas famílias, como o demonstra o aumento do risco da pobreza nos anos mais recentes.

Assistimos durante este período a uma evolução da economia portuguesa, muito aquém do cenário traçado em 2011 pelo Governo, no Documento de Estratégia Orçamental 2011-2015, no qual previa uma retoma de 2013 em diante. Contudo, a realidade mostrou-se bastante diferente: o Produto Interno Bruto ficará, em 2015, 7% abaixo da previsão elaborada por este governo em 2011. Isto significa que o nível de riqueza produzida em Portugal recuou mais de uma década.

Assistimos a uma degradação da situação económica e social face ao previsto inicialmente no PAEF, a uma ausência de transformação estrutural da economia portuguesa, a níveis de desemprego nunca atingidos e a um volume de emigração apenas comparável com a década de 60.

O Programa de Estabilidade 2015-2019 agora apresentado, caracteriza-se, no essencial, pela continuidade das políticas dos últimos anos, persistindo na inexistência de medidas efetivas e eficazes para a promoção do investimento, para o crescimento económico e para o apoio ao emprego. O Governo insiste em medidas de carácter recessivo, como a “medida para a sustentabilidade da Segurança Social” que corresponde a uma decisão de corte de 600 milhões

de euros nas pensões em pagamento, assim como à manutenção até final do horizonte do P.E. de medidas recessivas extraordinárias no domínio da fiscalidade e dos rendimentos.

O Partido Socialista considera que o compromisso de Portugal com a Europa passa necessariamente pelo relançamento do crescimento económico, tendo presente o objetivo de consolidação das finanças públicas, e pela correção dos desequilíbrios de competitividade entre os países da Zona Euro, através de um conjunto coerente de políticas que promovam o crescimento e o emprego.

Face ao exposto, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe, nos termos legais e regimentais aplicáveis, recomendar ao Governo:

- 1) Que proceda uma revisão do Programa de Estabilidade 2015-2019 de modo a desenvolver uma nova estratégia e a incluir medidas de política que eficazmente promovam o investimento, o crescimento e o emprego, bem como políticas que reforcem os mínimos sociais de combate à pobreza e às desigualdades e que deem resposta aos elevados níveis de precariedade laboral e social.
- 2) Que considere como prioritários, no Programa Nacional de Reformas 2015, um conjunto de reformas que relancem o crescimento sustentado da economia, designadamente a correção do défice histórico das qualificações, a modernização do Estado, incluindo uma administração pública mais qualificada, a renovação urbana inteligente e a eficiência energética, a inovação empresarial e o financiamento e capitalização do tecido económico.

Assembleia da República, 21 de abril de 2015

Os Deputados,
Eduardo Ferro Rodrigues
Vieira da Silva
João Galamba
Pedro Nuno Santos
Eduardo Cabrita